

**POLÍTICA EDUCACIONAL E DILEMAS DO ENSINO EM TEMPOS DE CRISE:
JUVENTUDE, CURRÍCULO, REFORMAS NO ENSINO E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES**

Resenhado por:

SOUZA FILHO, Luiz Alberto de
bioluizalberto@gmail.com
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6664-8967>

REZENDE FILHO, Luiz Augusto Coimbra de
luizrezende.ufrj@gmail.com
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ORCID <https://orcid.org/0000-0002-6466-3335>

SARTÓRIO, Lucia Ap. Valadares; LINO, Lucília Augusta; SOUZA, Nádía Maria Pereira de. (org.). **Política Educacional e dilemas do ensino em tempos de crise**: Juventude, currículo, reformas do ensino e formação de professores. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

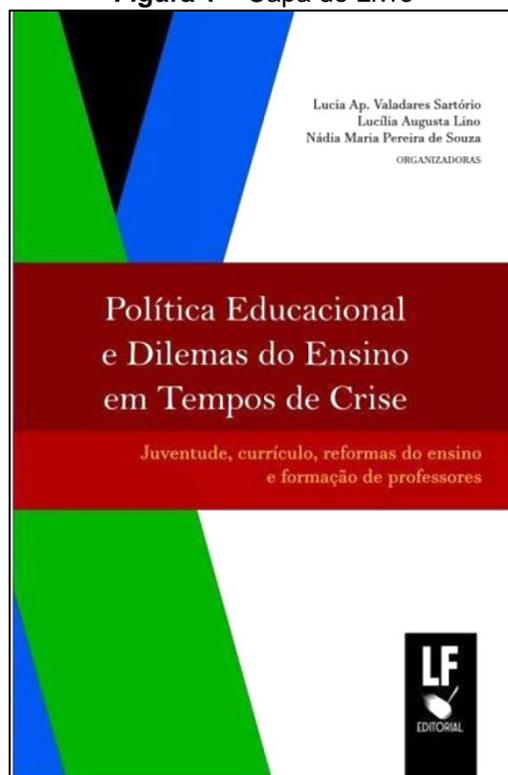
Este texto é uma resenha do livro *Políticas educacionais e dilemas do ensino em tempos de crise: juventude, currículo, reformas do ensino e formação de professores* (Figura 1), publicado em 2018 pela editora Livraria da Física e organizado por Lucia Aparecida Valadares Sartório, Lucília Augusta Lino e Nádía Maria Pereira de Souza, professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), respectivamente. Os textos contidos no livro questionam e investigam os princípios e as consequências das reformas do Ensino para as futuras gerações, para o currículo e para a formação de professores.

Os textos do livro são determinados, fortemente, pelo quadro político instaurado no Brasil após o Golpe de 2016 e pelas consequentes mudanças para a educação no campo legislativo em anos posteriores. Desse modo, o livro apresenta como a educação vivenciou um período de intensas contestações e tensões, embebidas em interesses e ideologias. As mudanças para os currículos e para a formação de professores são focos de análise e reflexões por parte dos autores deste livro. Assim, a coletânea está organizada em dois eixos: o primeiro ressalta a direção que as atuais



reformas no ensino apontam para o currículo; e o segundo, os apontamentos para a formação de professores e a profissão docente.

Figura 1 – Capa do Livro



Fonte: Livraria da Física (2020).

O primeiro capítulo intitula-se *(Des)profissionalização e desqualificação da Reforma do Ensino Médio: as ameaças da “flexibilização” e do “notório saber”* e é assinado pela também organizadora Lucília Augusta Lino. A autora tece comentários críticos aos princípios da Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017. No capítulo, há a apresentação da trajetória das reformas anteriores, mas é justamente no caráter antidemocrático e unilateral da Reforma do Ensino Médio que reside a centralidade do texto. A autora prevê, por fim, algumas consequências dessa medida para a Educação Básica, dentre as quais destaca: a evasão escolar, o agravamento das desigualdades, a ausência de uma formação crítica, a desvalorização dos saberes docentes e a mercantilização da educação.

De autoria de Ana Carolina Galvão Marsiglia, Vinícius Oliveira Machado e Leonardo Docena Pina, o segundo capítulo, intitulado *O golpe de Estado e a Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio do esvaziamento curricular das escolas*

públicas do Brasil, apresenta uma leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) implementada em 2017, na qual os autores destacam alguns pontos de reflexões. No capítulo, a elaboração e o modo de implementação do documento são apresentados e discutidos, assim como sua característica unilateral e neoliberal. A implementação da BNCC é vista como um episódio de esvaziamento dos currículos escolares e de aumento da discrepância social da educação no Brasil.

Em seguida, o terceiro capítulo, denominado *Juventude e reforma do ensino: a mercantilização da educação e suas vias de integração à política neoliberal*, da pesquisadora Fabiana Scoleso, propõe uma reflexão sobre as entradas da política econômica na educação. O desdobramento desse processo é o sucateamento da escola pública, cujas consequências são as articulações mercadológicas para solucionar os problemas da educação. Assim, a autora dá um panorama da legislação e aponta interconexões com as políticas neoliberais, o que se agrava sobretudo nas últimas mudanças de 2016 a 2017. A partir daí, Scoleso apresenta possíveis efeitos dessas mudanças para os atores escolares, que passam a ser dominados ainda mais pelo capital e pelas desigualdades.

Tendo como título *Reformas na educação nacional hoje: competências e habilidades na desintelectualização da classe trabalhadora*, o texto de Giandréa Reuss Strenzel é o quarto capítulo do livro. Nele, a autora afirma que a implementação das reformas busca se consolidar por meio do estabelecimento de ‘consensos’ inexistentes. Na verdade, o discurso construído para essa implementação tende a reforçar essa ideia consensual. O que se reitera com essas reformas, contudo, é a disputa também no campo da formação de professores. Para Strenzel, a concepção de formação trazida por estas últimas reformas é um processo aligeirado, com viés pragmático e utilitarista, que busca resultados imediatos. Não há espaço, portanto, para a reflexão crítica acerca da formação docente. O professor precisa entrar em sala pensando nas avaliações e no cumprimento de metas, embebido na pedagogia das competências e habilidades, que instrumentaliza o seu ofício.

No quinto capítulo, intitulado *Ensino médio e Educação Profissional: o marco das criações dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia*, Danielle Santos e Dirce Zan apresentam um panorama da implementação de instituições federais após o ano de 2002, quando se passou a dar mais atenção a esse setor. Com



isso, as autoras apontam, com dados numéricos, os impactos sociais da criação e expansão da oferta de Ensino Médio pelas redes federais nos anos seguintes. O texto culmina, contudo, com a crítica à retração dos cortes orçamentários para a educação em 2016 e aponta as problemáticas impostas pela Reforma do Ensino Médio no ano seguinte, 2017.

O sexto capítulo, intitulado *Educação matemática e currículo: processos para além da Educação Básica*, é de autoria de Marcelo Almeida Bairral e Alexandre Rodrigues de Assis. Neste capítulo, os autores discutem o enfoque dado à matemática nas versões da BNCC. Esse documento curricular traz consigo a ideia de listas prescritivas de objetivos, habilidades e competências para a aprendizagem. Na visão dos autores, a ideia é apresentada de modo homogeneizador e estanque. Bairral e Assis constroem essa reflexão em diálogo com suas práticas educativas no cotidiano da escola, a partir do ensino de matemática no chão da sala de aula.

O sétimo capítulo, *Juventude, currículo e a reforma do Ensino Médio*, é de Lúcia Aparecida Valadares Sartório, também organizadora da coletânea. Nele, a autora tece uma análise das características da Reforma do Ensino Médio, sobretudo as relacionadas ao interesse capitalista, que engendra as flexibilizações presentes no ensino. Sartório apresenta também um panorama das políticas de currículo, com foco nas décadas de 1960 a 1990, cujas concepções são associadas à Reforma do Ensino Médio.

O oitavo capítulo, *Juventude e violência na escola: relatos de alunos*, foi escrito por Luiza Batista de Oliveira Silva. Neste capítulo, a autora apresenta três fortes relatos sobre violências que atravessam a instituição escolar e os reinterpreta à luz de ideias teóricas da filosofia e da educação. A autora dialoga solidamente com o pensamento de Hannah Arendt, ao tratar da banalização da violência escolar. Ao finalizar o texto, articula a cultura de violência e de morte como expressão das políticas educacionais atuais.

O nono capítulo, intitulado *Estado, sociedade civil e políticas públicas para a formação humana no capitalismo: algumas referências analíticas acerca da política educacional*, é de José dos Santos Souza. No texto, o autor parte da reflexão das políticas de formação de professores sob a ótica da teoria gramsciana. Assim, o interrelaciona o sistema capitalista com as políticas educacionais de formação

humana, que passam a assumir um caráter estratégico. A partir delas, dá-se a implementação de cursos de formação/qualificação profissional com caráter de treinamento, que não apenas alimentam empresas com trabalhadores competitivos e flexíveis, mas também confortam os trabalhadores que não estão no exercício do magistério – seja porque estão à margem ou iniciando a carreira docente.

Já no décimo capítulo, as autoras Lígia Cristina Ferreira Machado e Elisângela Menezes tecem considerações sobre o percurso da formação de professores em uma universidade, no texto *A UFRRJ: perspectivas formativas nos cursos de licenciatura*. As autoras reconhecem a necessidade de legitimação dos saberes da prática docente, elemento constitutivo da identidade profissional dos professores. Mas, para explicar esse entendimento, acabam fazendo uma retrospectiva sobre a instituição e seus primeiros cursos de formação de professores, os quais eram entendidos, inicialmente, dentro de um paradigma de racionalidade técnica, no qual os professores tinham a função de transmitir conhecimento. Ao longo do tempo, principalmente a partir da década de 1990, novos aportes teóricos resgatam a voz e a identidade dos professores. Com isso, as autoras trazem a reconstrução das novas políticas de currículos para a formação de professores, destacando até mesmo as iniciativas no percurso formativo da UFRRJ. Apesar desse gradual progresso, Machado e Menezes denunciam as recentes tensões e retrocessos que se encaminham na esfera legislativa quanto às novas políticas de formação de professores. A saber: a descontinuidade do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a aprovação da BNCC, o Programa Escola Sem Partido e os contingenciamentos orçamentários para a educação.

O décimo primeiro capítulo, *Políticas públicas de formação inicial de professores: entre reformas e concepções de ensino*, de Lúcia Aparecida Valadares Sartório e Nádia Maria Pereira de Souza, aborda as concepções de ensino que as reformas trouxeram para a formação docente. No texto, as autoras discorrem sobre as tensões da crise do financiamento da educação, a privatização do ensino e as concepções que subjazem à formação para o ensino, as quais privilegiam, majoritariamente, a pedagogia das competências. Essas tensões são reiteradas por meio da implementação das políticas de formação de professores, as quais disputam concepções de ensino e tendem a retirar do professor a autoria da ação educativa.

Assim, as autoras enfatizam que, nos últimos vinte anos, as reformas suprimiram os interesses sociais em favor de interesses privados, caracterizados pela destituição do humano, pela lógica de reprodução e pelo objetivo tecnicista.

O décimo segundo capítulo, escrito por Nádia Maria Pereira de Souza e Liz Denize Carvalho Paiva, é intitulado *O papel da avaliação educacional nas políticas de formação inicial dos profissionais do magistério da Educação Básica: um estudo com base na Resolução 02/2015*. Este texto atenta-se às medidas contidas na referida resolução, a qual dispõe sobre o currículo das licenciaturas e outras formações de professores, mas seu eixo central é a articulação com as avaliações. A Resolução nº 2/2015 revoga as resoluções anteriores e nela a avaliação aparece como mecanismo de controle e regulação de processos. Desse modo, as autoras tecem críticas ao caminho proposto, pensado para fazer com que a formação de professores atenda às lógicas de mercado, mencionando que a consequência disso é a precarização e a desvalorização dos saberes e da atuação desses profissionais, na busca por 'qualidade' para a educação.

O décimo terceiro capítulo, *A educação matemática crítica na formação do pedagogo: um olhar progressista*, de Maycon Silva Melo e Márcio Albuquerque Vianna, traz as tendências de educação, das concepções liberais às progressistas, e culmina com a teoria da educação matemática crítica, ligada à realidade dos problemas dos estudantes. O capítulo faz uma busca pela educação matemática crítica no currículo de dois cursos de Licenciatura em Pedagogia: o primeiro de uma instituição pública e o outro de uma instituição privada. Como resultado, os autores destacam a insuficiência do debate e das metodologias sobre educação matemática crítica. Diante disso, apontam para uma reestruturação da matriz curricular das universidades pesquisadas como modo de fazer frente aos cenários de políticas lançadas à educação.

No texto *Reforma do Estado no Brasil, políticas educacionais e trabalho docente: formação, carreira e condições de trabalho no contexto dos anos 1990 e 2000*, de Miriam Morelli Lima de Mello, é apresentada uma retrospectiva nos planos de governo para a educação e, em particular, para a formação docente. A autora discorre sobre os impactos das mudanças na legislação para a valorização dos professores. Apesar do recorte temporal demarcado, Mello aponta, por fim, a Reforma

do Ensino Médio de 2017 e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos públicos para a educação, implementada em 2016, com vigor até 2036, como fortes restrições à valorização docente.

O último capítulo, intitulado *Contribuições das ideias de Paulo Freire para uma crítica da educação brasileira na conjuntura política contemporânea*, de autoria de Elizabete Cristina Ribeiro Silva Jardim, Roberto Eduardo Albino Brandão e Gustavo de Oliveira Figueiredo, apresenta reflexões que emergiram de uma atividade sobre as obras de Paulo Freire desenvolvida por um grupo de professores, a qual foi organizada a partir de temas geradores. Na atividade, a busca pela compreensão do presente dá-se por meio da recuperação dos sentidos e significados de resistência e fortalecimento da profissão docente, justamente no cenário de desumanização do professor e demais conflitos existentes nas escolas hoje.

Diante da breve explanação acerca dos conteúdos de cada capítulo, é possível estabelecer um entrelaçamento entre eles. O fio condutor do livro tem base nas críticas às mudanças no campo político da educação. Dessa forma, as reflexões e análises nele empreendidas direcionam o cenário de consequências, como a desvalorização do profissional da educação, a precarização do seu ofício e as relações existentes na escola. Nesse sentido, a coletânea é um produto de seu tempo: vislumbra os efeitos da implementação da BNCC, da Reforma do Ensino Médio e do congelamento do teto de gastos públicos com educação, bem como relaciona essas transições políticas com a entrada da agenda neoliberal na educação. Assim, a obra foi considerada importante para repensarmos e disputarmos outras agendas para a educação, outras formas de nos relacionarmos e de ensinarmos, em uma escola outra.

LUIZ ALBERTO DE SOUZA FILHO

Professor de Ciências e Biologia, licenciado em Ciências Biológicas (UERJ/2020). Especialista em Ensino de Ciências (UERJ) e mestrando em Educação em Ciências e Saúde (Nutes/UFRJ). É integrante do Grupo de Estudos de Recepção Audiovisual na Educação em Ciências e Saúde (GERAES) do Laboratório de Vídeo Educativo (LVE/Nutes/CCS/UFRJ).

LUIZ AUGUSTO COIMBRA DE REZENDE FILHO

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Possui graduação em Cinema pela Universidade Federal Fluminense (1995), mestrado e doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de Vídeo Educativo (Nutes-UFRJ).

REFERÊNCIA

SARTÓRIO, Lucia Ap. Valadares; LINO, Lucília Augusta; SOUZA, Nádya Maria Pereira de. (org.). *Política Educacional e dilemas do ensino em tempos de crise: Juventude, currículo, reformas do ensino e formação de professores*. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2018.

Recebido em: 21 de março de 2023

Aprovado em: 09 de setembro de 2023